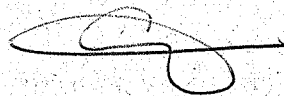


1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE**
2 **ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS - REALIZADA NOS DIAS 28, 29 E**
3 **30 DE MAIO DE 2014 EM SÃO PAULO-SP.**


4 Nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2014, no Hotel Boulevard São Luis - Avenida São
5 Luís, 234 - Centro, São Paulo - SP, CEP 01046-914 ocorreu a segunda reunião
6 ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
7 (CONATRAP). **A pauta da reunião** foi composta pelos seguintes itens: I - Abertura
8 dos Trabalhos, Aprovação da Pauta, a provação da Ata da 1ª. Reunião e Informes
9 Gerais; II- Troca de Experiências com o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de
10 Pessoas do Estado de São Paulo; III- Apresentação da Metodologia de
11 Monitoramento e Avaliação do II PNETP e devolutiva sobre pedido de orçamento
12 ao Grupo Interministerial; IV- Debates sobre a Semana de Mobilização para o
13 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; V- Devolutiva da Recomendação 001/2014
14 Sobre Tráfico de Pessoas e Copa Do Mundo; VI- Reuniões das Comissões
15 Permanentes; VII- Apresentações dos Planos de Trabalho das Comissões
16 Permanentes; VIII- Devolutivas do GT Regimento Interno sobre debates do
17 documento; IX- Apresentação Feira de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de
18 Pessoas e Políticas de Migrações e Refúgio e Prêmio Simone Borges; X-
19 Apresentação Relatório da sociedade civil e do governo sobre tráfico de pessoas ao
20 CEDAW; VI- Debate sobre a perseguição de prostitutas em grandes eventos; IX-
21 Avaliação da Reunião e definição de pontos de pauta para a III Reunião Ordinária
22 do CONATRAP. **Estiveram presentes os (as) seguintes conselheiros (as):** 1.
23 Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Titular Paulo Abrão Pires
24 Júnior e Suplente Fernanda Alves dos Anjos. 2. Departamento de Polícia Rodoviária
25 Federal do Ministério da Justiça, Titular Fabrício Silva Rosa. 3. Ministério do
26 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Suplente Paloma Moraes Correa. 4.
27 Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás - ASTRAL - GO,
28 Titular Roberta Fernandes de Souza. 5. Davida - Prostituição Direitos Civis Saúde,
29 Titular Maria Aparecida Menezes Vieira. 6. Instituto Aliança com o Adolescente,
30 Titular Maria das Graças de Sá Gadelha. 7. Projeto Trama - Organização de Direitos
31 Humanos Projeto Legal, Titular Michelle Guerardi. 8. Sociedade de Defesa dos
32 Direitos Sexuais na Amazônia - SODIREITOS, Titular Marcel Theodoor Hazeu. 9.
33 Conselho Nacional de Assistência Social, Titular Nilsia dos Santos. 10. Conselho
34 Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Titular Eliane da Silva Souza Pequeno.
35 11. Conselho Nacional de Imigração, Suplente Rinaldo Gonçalves de Almeida. 12.
36 Conselho Nacional de Turismo, Titular Adelino Silvá Neto; 13. Núcleos Estaduais de
37 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Titular Juliana Felicidade Armede e
38 Suplente Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza. 14. Postos Avançados de
39 Atendimento Humanizado ao Migrante- Titular: Leila Maria S. Silva. 15. Comitês
40 Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas -
41 Associação Brasileira de Defesa Da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD,
42 Titular Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo. 16. Secretaria de Políticas para
43 as Mulheres, Suplente Eden Clabuchar Martingo. 17. Ministério Público do
44 Trabalho - II Suplente Erlan José Peixoto do Prado. 18. Rede Feminista de Saúde -
45 Suplente Neusa Freire Dias. **As seguintes colaboradoras da Coordenação**
46 **Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas:** 19. Lucicleia Rollemberg -
47 Coordenadora Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em exercício; 20.
48 Sandra Oliveira; 21. Natasha Oliveira; 22. Graziella Rocha - Secretária Executiva do
49 CONATRAP. **As seguintes convidadas externas:** 23. Lilian Bastos - Secretaria de



50 Direitos Humanos da Presidência da República. 24. Maria Angélica Molina –
51 Prefeitura Municipal de São Paulo. 25 Maria Rita Rondani – Secretária de
52 Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; 26. Juliana Oliveira dos Santos –
53 Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; 27. Ariane Gontijo –
54 Consultora UNODC/ MJ; 28. Carina Rabelo – Consultora UNODC/MJ. **A abertura**
55 **da reunião** foi realizada na tarde de 28 de maio de 2014, pelo Sr. Paulo Abrão –
56 Secretário Nacional de Justiça e Presidente do CONATRAP que realizou a leitura
57 das justificativas de ausências dos representantes titulares e suplentes das
58 seguintes instituições : Comitê Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo,
59 Conselho Nacional LGBT, Conselho Nacional de Saúde, Departamento da Polícia
60 Federal, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, Secretaria Nacional de
61 Segurança Pública, Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp, Secretaria
62 de Direitos Humanos da Presidência da República; Conselho Nacional de Imigração
63 e a Universidade Tiradentes. Após a leitura das justificativas de ausências o Sr.
64 Presidente submeteu ao plenário a aprovação da pauta do dia e ressaltou que a
65 mesma foi enviada previamente a todos por e-mail. O plenário não apresentou
66 objeção e a pauta apresentada foi aprovada. O Sr. Presidente submeteu a ata da I
67 Reunião para aprovação do plenário, lembrou que a mesma já havia sido debatida
68 por e-mail. O plenário não apresentou manifestações e a ata foi considerada
69 aprovada. O Sr. Presidente concedeu a palavra aos presentes para uma breve
70 rodada de apresentações. Após as apresentações o Sr. Presidente deu início a
71 rodada de informes gerais. O próprio Presidente inaugurou esse ponto de pauta
72 traçando uma breve retrospectiva das ações que foram desenvolvidas em todo o
73 país, em decorrência da Campanha da Fraternidade, uma iniciativa da Igreja
74 Católica e que contou com o apoio institucional de diversos órgãos que compõem a
75 CONATRAP, dentre eles o Ministério da Justiça. Ressaltou também que a Campanha
76 Coração Azul estava completando um ano e que em sua avaliação logrou muito
77 sucesso e conquistou a adesão da sociedade como um todo. O Sr. Presidente
78 lembrou que a campanha teve início em spots na televisão, com o lançamento do
79 slogan: *“liberdade não se compra, dignidade não se vende”*. Com a designação da
80 cantora Ivete Sangalo como madrinha. Posteriormente foram veiculados spots de
81 rádios. O Sr. Presidente informou que por um movimento autônomo foram criados
82 comitês sociais da campanha Coração Azul nos seguintes estados: Rio de Janeiro,
83 Minas Gerais e Pernambuco. Além do lançamento em Pernambuco do Núcleo em
84 Ipojuca. O Sr. Presidente lembrou ainda que está em tramitação a Proposta de Lei
85 nº 7370 de 2014 aprovada pelo Senado e que segue para tramitação na Câmara
86 dos Deputados que trata da construção de uma Lei Geral de Tráfico de Pessoas no
87 Brasil. O Sr. Presidente sugeriu que os membros do CONATRAP se apropriem da
88 proposta e levem para suas bases de modo a colaborar com esse importante
89 processo. O Sr. Presidente ressaltou que foi iniciada a segunda fase do projeto de
90 cooperação entre o Ministério da Justiça e o International Centre for Migration
91 Policy Development (ICMPD) para a realização de pesquisas em cidades de
92 fronteiras. Informou que a candidatura do Brasil para sediar o encontro
93 promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) foi aceita e que no
94 final do ano, em Brasília, o país estará recebendo todas as autoridades máximas
95 sobre tráfico de pessoas no hemisfério. Detalhes do encontro e da participação dos
96 membros do CONATRAP serão transmitidos posteriormente. O Sr. Presidente
97 informou que a diretora do Departamento de Justiça, Títulos e Classificação,
98 Fernanda dos Anjos, esteve em reunião na Tailândia com a Relatora Especial da



99 ONU em matéria de tráfico de pessoas onde apresentou a metodologia brasileira
100 no monitoramento e avaliação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de
101 Pessoas. Segundo o Sr. Presidente a experiência foi considerada pela ONU como
102 uma boa prática a ser replicada para outros países. O Sr. Presidente informou que
103 houve o lançamento da pesquisa sobre tráfico de pessoas na imprensa brasileira
104 que resultou na produção de um manual para jornalistas, disponível no site do
105 Ministério da Justiça e a capacitação de jornalistas de todo o país para o tratamento
106 adequado do tema. Ressaltou ainda que a recomendação para a Copa do Mundo,
107 que foi produzida pelo CONATRAP, foi replicada para o governo e para diversos
108 outros órgãos de estados e entidades da sociedade civil. Por fim, destacou a
109 importância da participação dos conselheiros do CONATRAP como delegados, com
110 direito a voz e voto na I COMIGRAR, uma nova experiência no que se refere ao
111 espaço de escuta popular com a participação de migrantes e refugiados. O Sr.
112 Presidente ressaltou que a participação dos membros CONATRAP nessa
113 conferência será de grande importância para a qualificação do debate. A
114 representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) informou que
115 ocorreu uma reunião entre o CNAS e o Ministério do Desenvolvimento Social e
116 Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
117 em que foi aprovada uma resolução interministerial, que prevê aumento do
118 número de vagas para o serviço de acolhimento para famílias e pessoas adultas
119 vítimas do tráfico de pessoas e solicitantes de refúgio e refugiados. A conselheira
120 ressaltou que apesar desse avanço segue em debate no âmbito do CNAS a questão
121 da ampliação da garantia da seguridade social, em especial do Benefício de
122 Prestação Continuada (BPC), aos estrangeiros no país. A representante da ASBRAD
123 destacou as ações realizadas por sua instituição na Campanha da Fraternidade e
124 ressaltou a importância da produção de um diagnóstico sobre os Comitês
125 Estaduais e Regionais de Tráfico de Pessoas que estão instaurados no país para
126 que ela, como representante desses colegiados, possa colaborar com o
127 empoderamento desses espaços e com a construção da interlocução dessa rede. O
128 representante da **Secretaria de Política para as Mulheres** informou que está
129 sendo lançada a campanha "Eu ligo 180" para estimular a realização de denúncias
130 de violência contra a mulher. A campanha conta ainda com a criação de um
131 aplicativo para *smartphones* que busca prestar informações referenciar a rede de
132 serviços de atendimento especializada e não especializada. A representante do
133 **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** informou que foi
134 enviado um ofício circular para as secretarias municipais, estaduais e do DF
135 informando sobre a acessibilidade dos benefícios socioassistenciais aos
136 estrangeiros - o que não inclui o BPC, que é exclusivo para brasileiros, conforme
137 Decreto nº 6214/2007. Informou ainda que a resolução nº2 de 03 de abril de 2014
138 apresenta a novidade da expansão e dos critérios de acesso aos serviços de
139 acolhimento já ofertados. Foram utilizados dados do CONARE e da Pesquisa
140 Nacional de Amostras por Domicílios, de 2012. Todas as capitais e grandes
141 metrópoles foram contempladas com esse aumento de ofertas de vagas. Para
142 maiores informações a Resolução está disponível no site do MDS. A representante
143 do **CNPIR** lembrou que é importante que todos os materiais de campanhas de
144 prevenção ao tráfico de pessoas sejam traduzidos também para línguas indígenas
145 para que estas populações possam também ter acesso ao conteúdo das
146 informações. O Sr. Presidente se despediu do plenário informando que precisaria
147 se ausentar para deslocamento para o encontro do Conselho Nacional de Justiça,



148 que estava ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro. Comunicou que a presidência
149 passaria a ser conduzida pela sua suplente, Fernanda Alves dos Anjos, e que
150 retornaria no terceiro dia da reunião para a realização de seu fechamento. Sra.
151 Fernanda dos Anjos, Presidente em exercício, tomou a palavra e avançou ao
152 terceiro ponto de pauta, tendo em vista que as convidadas do Comitê de
153 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo, até então, não
154 haviam chegado. A Sra. Presidente realizou uma **apresentação da Metodologia**
155 **de Monitoramento e Avaliação do 2º PNETP e devolutiva sobre pedido de**
156 **orçamento ao Grupo Interministerial**. Em sua explanação, a Sra. Presidente
157 explicou que em linhas gerais o sistema de monitoramento e avaliação é o
158 instrumento do Governo Federal para mensurar os progressos e as dificuldades na
159 implementação objetiva do II Plano Nacional para o Enfretamento ao Tráfico de
160 Pessoas (II PNETP), bem como para medir os avanços no enfrentamento no Brasil.
161 Sra. Presidente informou que nesse sistema de monitoramento adotou-se
162 indicadores qualitativos e quantitativos, para medir o progresso e os resultados do
163 plano. O que se visualiza nesse sistema de monitoramento é que muitas vezes uma
164 meta tem duas, três lideranças e às vezes até mais do que isso e considerando que
165 a forma como cada unidade coleta suas informações é distinta, então todo o
166 processo precisou ser consensuado com inúmeros atores. Sra. Presidente informou
167 que foram feitas reuniões bilaterais durante todo um ano para construir os
168 indicadores. Todo esse sistema se concatena com a discussão que realizada no II
169 Encontro Nacional da Rede em Recife onde buscou-se qualificar cada uma das
170 metas. Segundo a Sra. Presidente, esse sistema de monitoramento possui
171 indicadores de resultados, de progresso e o padrão *benchmark*. Este padrão foi
172 dado no segundo encontro nacional. Todo o debate foi registrado e consignado
173 com o padrão de referência para que as unidades executantes do II PNETP
174 pudessem se referenciar na hora de implementar suas ações. E o possui ainda
175 meios de verificação que, é a forma pela qual a sociedade pode se valer de
176 informações para checar a efetividade real do cumprimento de determinadas
177 metas. A avaliação incide sobre os objetivos do plano. Ela já trabalha na
178 perspectiva macro de todo o conjunto de resultados da implementação. Esse
179 sistema de avaliação trabalha já com perspectivas de alcance de nível operativo, o
180 quanto estamos progredindo com referência ao marco normativo e o quanto
181 estamos progredindo com relação à integração das nossas redes seja no campo da
182 prevenção, da atenção, da repressão. O quanto estamos progredindo na geração de
183 conhecimento, na geração de informações, a capacidade de mobilização da
184 sociedade brasileira. Para sua compreensão é preciso lembrar que o II PNETP tem
185 5 linhas operativas, 14 atividades e as 115 metas. Para o conjunto de atividades,
186 por exemplo, prestar o conjunto de cooperação internacional, o sistema de
187 monitoramento questiona, por exemplo: o quanto estamos progredindo? Esse
188 também é um olhar do processo avaliativo realizado pela Coordenação Tripartite.
189 E também são observados, para fins de análise do relatório de monitoramento, os
190 padrões *benchmark* que foram dados por toda a rede nacional nos debates que se
191 acumularam ao longo dos últimos dois anos. A Presidente enfatizou ainda que a
192 complexidade da estrutura do sistema de monitoramento: cada meta do II PNETP
193 se referencia dentro de uma atividade e possui um *benchmark* que revela o que se
194 pretende alcançar naquela meta. Cada atividade ou bloco de atividade está dentro
195 de uma linha operativa. E um conjunto de indicadores que vão medindo o quanto
196 se está progredindo ou não para alcançar o resultado daquela determinada meta,

197 das atividades e por consequência da linha operativa. O sistema permite
198 questionar: Quem são os líderes responsáveis por implementar aquela
199 determinada meta? Líderes ou colaboradores existentes. Qual o período de
200 implementação da meta dentro do marco do II PNETP e quais são os meios de
201 verificação, que é como a sociedade pode verificar o resultado ou informação sobre
202 o cumprimento daquela determinada meta? A Sra. Presidente enfatizou que as
203 questões supramencionadas refletem um pouco da complexidade da execução
204 desse sistema. Para a Sra. Presidente, um tema que é transversal e que exige a
205 participação de 17 Ministérios, 25 unidades que relatam a cada 4 meses o
206 progresso II PNETP e, pensando em todos esses elementos de referência, produz
207 seu relato, sua informação para tornar o progresso do plano uma informação
208 pública e submetida também ao controle social. A Sra. Presidente completou sua
209 exposição exemplificando sobre os atores do sistema de monitoramento. Disse
210 que o Grupo Interministerial, composto por esses 17 ministérios, mas dentro do
211 Ministério da Justiça como as unidades são complexas, não seria possível fazer um
212 único relato. Então, várias unidades dentro do Ministério da Justiça publicam seus
213 relatos em separado: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria
214 Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Defensoria Pública
215 da União, e, portanto, 25 membros compõem o Grupo Interministerial. Essa é uma
216 oportunidade em que o MP que foi um dos partícipes desse processo de construção
217 e o CNJ participam relatando suas contribuições também ao Grupo
218 Interministerial. Esse grupo é responsável por estabelecer esses indicadores,
219 responsável por produzir o progresso, definir o plano de ação de cada uma das
220 metas individualmente. Realizar as reuniões ordinárias. Distintos líderes
221 colaboram com o processo de relatoria. Cada um é responsável pela gestão de uma
222 meta e ainda o diálogo com os Ministérios que colaboram, na implementação
223 daquele determinado resultado e, esse Grupo Interministerial se reúne a cada 4
224 meses. O Termo de Referência que orienta o trabalho do trabalho Grupo
225 Interministerial e todas as memórias de reunião são tornados públicas na página
226 no Ministério da Justiça. Disse ainda que ao longo do II Plano ocorreram 4 reuniões
227 ordinárias, mas antes mesmo da aprovação do plano foram organizadas 2 reuniões
228 extraordinárias para construir e validar todo o sistema de monitoramento do
229 plano. A Sra. Presidente lembrou ainda que este é um processo de construção e
230 participação coletiva e que é submetido ao conhecimento do CONATRAP nesse
231 momento porque este passa a ser um órgão que incide sobre o processo. Que
232 incide na construção e colaboração sobre como podemos aperfeiçoar esse modelo
233 e esse sistema de monitoramento e avaliação do plano. Enfatizou que a
234 coordenação tripartite composta por representantes da SPM, SDH e do Ministério
235 da Justiça mensalmente se reúnem para analisar as informações, o cenário,
236 diretrizes, temas que precisam entrar na agenda. E informou que as pautas comuns
237 e o conjunto de ações desses três ministérios representam quase 80% do plano.
238 São os três Ministérios que de forma central precisam estar permanentemente
239 articulados e que coordenam o grupo interministerial. Além disto a Tripartite
240 analisa esse processo informativo do conjunto de resultados e progressos que o
241 plano vem alcançando e dá devolutiva dos relatórios para o próprio Grupo
242 Interministerial. A Presidente ressaltou ainda que a cada 4 meses o Grupo é
243 instado a relatar o processo, portanto, cada um dos 25 ministérios apresentam
244 suas informações para a Secretaria Executiva, vinculada à Coordenação Nacional
245 de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essa coordenação consolida as

246 informações dos 25 ministérios, leva esse conjunto de informações para uma
247 análise da coordenação tripartite, produz a minuta de relatório para que o Grupo
248 Interministerial se reúna e possa se debruçar sobre essa análise. A coordenação
249 tripartite dá uma devolutiva da percepção que teve sobre a análise global do
250 resultado do plano, olhando atividade por atividade, meta a meta e em especial os
251 objetivos do plano. A Sra. Presidente enfatizou que O CONATRAP passa agora a
252 decidir sobre a sobre esse processo, porque ele passa a analisar as informações
253 que são apresentadas pelo Grupo Interministerial e, pode apresentar suas
254 recomendações, diretrizes e moções que entender pertinentes em relação à
255 temática do monitoramento e avaliação do plano. A Sra. Presidente esclareceu
256 ainda que o II PNETP está com um ano e cinco meses de implementação e que foi
257 contratada consultoria produzir uma avaliação externa sobre a implementação do
258 plano nacional. Informou que a Sra. Ariane Gontijo é consultora contratada, e que
259 está responsável por fazer uma análise preliminar, apresentar informações ao
260 Grupo Interministerial, mas também será responsável por fazer um primeiro
261 relatório de análise e avaliação dos resultados do plano nacional, que é uma
262 avaliação de meio termo. A Sra. Presidente explicou que uma avaliação de meio
263 termo é aquela que vai buscar nos ajudar a corrigir rotas, ajudar a perceber e
264 celebrar os sucessos, o alcances, resultados bem sucedidos do II PNETP, indicar
265 onde estão gargalos, os pontos sensíveis, desafios que demandarão não só de nós
266 gestores e implementadores do plano, mas também com o apoio do CONATRAP e
267 da sociedade como um todo, corrigir os rumos para que se possa chegar ao final
268 desses 4 anos com sucesso e resultados eficazes no enfrentamento ao tráfico de
269 pessoas no Brasil. Após a sua explanação a Sra. Presidente informou que no
270 segundo dia da reunião (29 de maio) a consultora Ariane Gontijo relataria
271 especificamente para a comissão permanente de monitoramento e orçamento
272 como será esse trabalho que ela desenvolverá porque ela necessitará de diálogos
273 com o CONATRAP para produzir esse relatório de avaliação. A Sra. Presidente
274 ressaltou ainda a preocupação com a transparência do processo disse que sempre
275 que um relatório é finalizado ele é publicizado no site do MJ para toda a sociedade.
276 Informou que hoje essa relatoria ainda acontece no processo que é um documento
277 Word, mas que a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está
278 contanto como apoio da SDH para transformar esse modelo que hoje é feito
279 manualmente em um sistema eletrônico. Para a Sra. Presidente, isso facilitaria
280 bastante não só a visualização do plano como um todo, porque o relatório tem mais
281 de cem páginas e é de difícil manuseio. O sistema eletrônico permitirá também que
282 a sociedade possa se valer dessa informação mais facilmente. Por fim, a Sra.
283 Presidente informou que todos os relatórios produzidos estão disponíveis no site
284 do Ministério da Justiça e estimulou os conselheiros do CONATRAP a se
285 apropriarem dessa leitura. Com relação ao tópico do orçamento, a Sra. Presidente
286 esclareceu que as dificuldades de determinação de orçamento estão intrínsecas às
287 dificuldades encontradas no monitoramento do II PNETP, transversal e
288 intersetorial. A Sra. Presidente lembrou que o PPA é a base orçamentária para a
289 execução das metas do II PNETP. O PPA de referência é o PPA 2012/2015. Deste
290 modo, cada ministério deve informar onde se referencia no PPA o orçamento da
291 meta e se a ação refere-se a uma meta orçamentária ou não. A Sra. Presidente
292 lembrou que, às vezes, uma meta tem características de articulação e não
293 necessariamente demanda a implementação de um valor de investimentos por
294 parte do estado brasileiro. O sistema de monitoramento fica disponível no site do



295 Ministério da Justiça, com as informações sobre quais os membros, as portarias, o
296 termo de referência que dá a base ao funcionamento do GI, todos os produtos que
297 subsidiaram a formulação do modelo, bem como os relatórios de monitoramento
298 do plano. Sra. Presidente referenciou o grande esforço da Secretaria Nacional de
299 Justiça para transformar o site como um repositório de conhecimento. Todas as
300 informações, todas as publicações, todos os dados da rede nacional, todos os
301 relatórios de monitoramento, atas de reuniões, tudo é disponibilizado no site do
302 Ministério da Justiça. A Sra. Presidente informou ainda que o Grupo
303 Interministerial pediu ao CONATRAP atenção ao ler os documentos do sistema de
304 monitoramento. Primeiramente reconhecendo a própria transversalidade do tema.
305 Sra. Presidente ressaltou que, muitas vezes, o tema do tráfico de pessoas está
306 tratado dentro de uma macro política de gênero, de direitos humanos, de proteção
307 da infância, então, essa leitura precisa dar conta da transversalidade da matéria. O
308 tema tráfico de pessoas se insere em outras grandes políticas nacionais
309 estratégicas. Segundo, que essa leitura dê conta das características das unidades
310 implementadoras. Algumas unidades têm características de serem fortes
311 articuladoras. Outras têm características de fortes executoras, tem orçamentos
312 robustos, grande capacidade de execução, mas não são as que diretamente
313 implementam ações de ETP. Então, essa capacidade de também ler qual o papel
314 que cada um dos atores desempenha nesse processo do II PNETP é fundamental. A
315 Sra. Presidente lembrou que se essas variáveis não forem consideradas poderão
316 ser feitas leituras simplistas de que um Ministério X que tem uma grande
317 capacidade articuladora, mas tem um orçamento pequeno, não se responsabiliza
318 pela pauta porque não tem volume orçamentário significativo. Enquanto outros
319 que tem volume orçamentário significativo, mas não tem capacidade de incidência
320 tão grande na pauta, também não tem uma leitura correta porque não se entende
321 que aquele não é um órgão de fomento e não órgão de articulação. Ou talvez sejam
322 as duas coisas. Então, esses cuidados devem estar nesse processo de leitura do
323 orçamento. A Sra. Presidente demonstrou a importância de entender o que os
324 órgãos do Governo Federal vivem no seus cotidianos orçamentários. Cada unidade
325 tem os seus PPAs, mas dentro de macro programa têm ações que são prioritárias
326 da presidência. Muitas vezes aquelas ações bloqueiam orçamento para algumas
327 outras questões, como os processos de contingenciamento. Entender que essas
328 unidades vivem os dilemas dos contingenciamentos. É um conjunto de ações
329 planejadas com resultado X pensado para um ano e que nem sempre consegue-se
330 alcançar aquele resultado X. Às vezes alcança-se meio X, ou três quintos de X de
331 resultado planejado porque as unidades estão submetidas a toda essa lógica
332 também que é da própria capacidade de financiamento do estado brasileiro.
333 Entender não é o orçamento de uma unidade, mas três, quatro orçamentos
334 acoplados que vão trazer e qual o resultado de aporte para aquela determinada
335 meta do II PNETP e levar em conta qual a capacidade de cada um é o pedido que o
336 GI faz. A Presidente disse ainda que existe a dificuldade dos ministérios, que
337 colocam o tema tráfico de pessoas em seus editais de indução de políticas, mas não
338 recebem projetos de ETP. E citou dois exemplos: SENASP, Secretaria de Políticas
339 para as Mulheres. Então, tem uma questão orçamentária que é: eu disponibilizo
340 10x e recebo projetos para meio x. Então, nesse processo de leitura também deverá
341 ter o cuidado de entender que em termos de recursos disponibilizados para fim de
342 capacidade de financiamento na matéria, ele pode ser muitas vezes maior do que a
343 capacidade de apresentação de projetos para execução desses recursos. Por fim, a



344 Presidente submeteu ao plenário a sugestão que no dia seguinte a comissão
345 permanente de monitoramento e orçamento realizasse um debate mais detalhado
346 a partir desse conjunto de considerações realizados, para que desenvolvam a
347 percepção necessária à compreensão do sistema de monitoramento do II PNETP.
348 A Sra. Presidente se comprometeu a trabalhar ainda mais junto ao Grupo
349 Interministerial para que este possa tentar traduzir esta questão orçamentária da
350 melhor forma possível para maior transparência do Plano. Após a explanação a Sra.
351 Presidente facultou a palavra para quem desejasse tecer comentários. A
352 representante do **Instituto Aliança com o Adolescente**, disse que tem particular
353 interesse no tema em função da necessidade não só institucionalmente, mas do
354 ponto de vista mais estratégico, de repetir uma fala de um líder comunitário. Em
355 determinada situação ele falava de forma simples, mas ele dizia que queria ver a
356 concretude da complexidade. A conselheira acha que é um pouco esse o
357 sentimento que tem em relação primeiro, em reconhecer o trabalho amplo feito
358 pelo Ministério da Justiça com relação ao monitoramento do plano nacional. E por
359 outro lado, entende como deve ser difícil essa tarefa, consideradas as múltiplas
360 interfaces do monitoramento dessa natureza e a necessidade na definição das
361 prioridades. Para a conselheira, esse é sem dúvida nenhuma um aspecto que se
362 precisa levar em consideração, porque do ponto de vista estratégico onde a política
363 do tráfico de pessoas está intersetorialmente definida, SDH, SNJ e SPM. Mas, ao
364 mesmo tempo, que isso está definido do ponto de vista macro conceitual, a
365 conselheira acha que tem implicações de natureza de interface das políticas, que
366 cada uma delas trabalha do ponto de vista dos segmentos, talvez precise fazer uma
367 leitura mais cuidadosa do orçamento e chegar nessa questão que a gente precise
368 de fato compreender como está lá no cotidiano, no trabalho, no estado ou no
369 município onde a sente-se que a demanda não foi atendida. **A conselheira**
370 **representante da Rede de Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas**
371 disse que existe uma série de iniciativas positivas da sociedade, não tão
372 qualificadas para poder acessar essas políticas públicas. Iniciativas que
373 garantiriam também uma qualificação no segundo momento como sociedade civil e
374 até mesmo pensando no município, estados imensos e municípios às vezes
375 pequenos. E que às vezes de fato não conseguem apresentar projetos para as
376 secretarias de estado menos ainda no âmbito federal, com as complexidades de
377 controle de prestação de contas. Sugere que o CONATRAP pense no orçamento a
378 partir da possibilidade de criar qualificações. **A representante dos Postos**
379 **Avançados de Atendimento Humanizando ao Migrante** disse a título de
380 exemplificação da complexidade do orçamento ao tráfico de pessoas utilizaria a
381 situação de seu estado, o Pará. A conselheira informou que foi chamada a
382 secretaria de orçamento e finanças para esclarecimento sobre o plano estadual de
383 enfretamento ao tráfico de pessoas. Disse que explicou que não só a SEJUR, mas
384 todas as secretarias estão tendo essa discussão. Decidiu-se que a secretaria de
385 orçamento e finanças vai fazer um levantamento dentro do PPA das outras
386 secretarias e verificar uma rubricas correlatas. Existe, por exemplo, uma rubrica
387 que faz o atendimento de migrantes e lá dentro dessa rubrica vai ter uma dotação
388 orçamentária detalhada para vítimas de tráfico. A mesma coisa vai ocorrer nas
389 outras secretarias. Esse exercício será realizado com as secretarias até o próximo
390 PPA, para que as secretarias que estão contempladas comecem a abrir suas
391 rubricas próprias para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

392 Não mais havendo manifestações desse ponto de pauta a Sra. Presidente concedeu
393 a palavra às representantes do Estado de São Paulo para que essas realizassem
394 uma apresentação da atuação Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do
395 Estado de São Paulo. **A conselheira representante da Rede de Núcleos de**
396 **Enfretamento ao Tráfico de Pessoas** iniciou a explanação apresentando a
397 estrutura do Comitê de ETP do Estado de São Paulo e dos 15 comitês regionais que
398 hoje estão em desenvolvimento. Na perspectiva de apresentação das ações
399 concretas e transversais que estão sendo desenvolvidas para o enfrentamento ao
400 tráfico de pessoas no Estado de São Paulo, a conselheira convidou representantes
401 da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social para que estas apresentassem o
402 projeto que está sendo desenvolvido para a construção de uma casa de passagem
403 para migrantes em situação de vulnerabilidade, em especial populações de
404 refugiados e vítimas do tráfico de pessoas. A representante da Secretaria de
405 Desenvolvimento Social apresentou o projeto em uma perspectiva de possível
406 replicação. Explicou que apesar desses equipamentos serem majoritariamente dos
407 municípios o Estado de São Paulo compreendia que tal equipamento deveria ser
408 construído para atender as demandas de todo o Estado e não apenas do município
409 de São Paulo. A casa de passagem terá 50 vagas e será destinado para o
410 abrigamento de famílias solicitantes de refugio e refugiadas e vítimas do tráfico de
411 pessoas. A previsão é que a casa seja inaugurada em setembro. A representante da
412 Secretaria de Desenvolvimento Social informou ainda que a metodologia para
413 critérios de inclusão e desligamento da Casa de Passagem e de acompanhamento
414 integral de seus residentes está sendo construído em parceria com as instituições
415 governamentais e não governamentais que fazem parte do Comitê Estadual de
416 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A convidada disponibilizou o *slide* de sua
417 apresentação para ser transmitido aos membros do CONATRAP e se colocou a
418 disposição para colaborar com a construção de novos projetos de casas de
419 passagens estaduais de acolhimento de vítimas do tráfico de pessoas. A
420 representante da **ASBRAD**, na qualidade de membro do Comitê de Enfrentamento
421 ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo, disse que este comitê vem
422 discutindo juntamente com a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho
423 Escravo (COETRAE-SP) e com o Comitê para Refugiados no Estado de São Paulo
424 uma possibilidade do estado de São Paulo ter um banco de projetos. E esses
425 projetos apresentados por ONGs, instituições que detenham expertise nesse
426 acolhimento, atendimento, conhecimento, que possam receber recursos de taxas,
427 multas e assim viabilizar atendimentos, acolhimentos e capacitações. Enfim,
428 situações que a conselheira acha que é um exemplo que Goiânia já deu do ponto de
429 vista de como essa parceria é importante. Disse que na cidade de Guarulhos sua
430 entidade diariamente se depara com todas as situações. Tanto a questão do visto
431 humanitário já concedido e pessoas sem condições de abrigamento. Pessoas que já
432 saem da Síria e Palestina com refúgio, mas não tem para onde ir. Para a
433 conselheira, dialogar de forma para promover a interlocução e a intersetorialidade
434 é uma necessidade. É preciso apontar as lacunas e buscar no orçamento ou fora
435 dele através das instituições que têm mecanismos para punir, multar, para de
436 alguma forma viabilizar a sobrevivência das entidades que estão nesse
437 enfrentamento. A conselheira se comprometeu a trabalhar nesse sentido. Não só
438 observar o orçamento, mas trazendo grandes parceiros de outras instituições,
439 inclusive a Defensoria Pública da União que tem sido uma grande parceira das
440 ONGs que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas, no que tange, sobretudo,



441 a regularização migratória, no pedido de anistia de taxas e multas. Após as
442 considerações das representantes do Comitê Estadual de Enfretamento ao Tráfico
443 de Pessoas, a Sra. **Presidente** passou a palavra para a representante da
444 **Prefeitura de São Paulo**, para que esta apresentasse a estratégia de cooperação
445 para a consolidação de uma política municipal de enfrentamento ao tráfico de
446 pessoas, bem como a institucionalização de um espaço de coordenação no âmbito
447 do município. A representante da prefeitura de São Paulo disse que estava feliz por
448 ser convidada para o diálogo com o CONATRAP e que está construindo
449 mecanismos de desenvolvimento da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas
450 no âmbito do município de São Paulo e que é factual a necessidade de uma gestão
451 integrada entre os três entes federados. Disse que está atuando junto ao Ministério
452 da Justiça para a montagem de um Comitê Municipal e que a Prefeitura de São
453 Paulo e o Ministério da Justiça celebraram um termo de cooperação técnica e que
454 breve começarão os trabalhos, na prevenção, capacitação e acolhimento das
455 populações de vítimas de tráfico de pessoas e migrantes em situação de
456 vulnerabilidade. A representante da **ASTRAL** chamou a atenção para a
457 necessidade de capacitação dos profissionais que vão atuar nesses espaços de
458 acolhimento dos governos estaduais e municipal. Enfatizou a importância do
459 respeito ao nome social e à identidade de travestis e transexuais que precisam de
460 abrigo e em especial para os casos que envolvem adolescentes trans
461 exploradas. O representante da **SODIREITOS** complementou o debate trazendo à
462 baila a questão das pessoas que são deslocadas forçadamente no Brasil por conta
463 de grandes obras ou construção de hidrelétricas e não são tratadas como públicos
464 de migração forçada, como os refugiados, mas que ficam em semelhante situação
465 de vulnerabilidade. Após as considerações realizadas, a **Sra. Presidente** outorgou
466 a palavra para os senhores Eden Martingo e Marcel Hazel, **coordenadores do GT**
467 **Copa do Mundo**, criado na I Reunião do CONATRAP para produzir uma
468 recomendação sobre a abordagem do tema do tráfico de pessoas em grandes
469 eventos. Os coordenadores foram sucintos e suas abordagens onde descreveram a
470 metodologia de elaboração recomendação. Foram realizadas reuniões pelo
471 programa Skype onde foi produzida uma minuta do texto que depois foi
472 transmitida para a qualificação do restante do GT. As contribuições foram
473 apresentadas por e-mail e a Secretária Executiva do CONATRAP organizou as
474 manifestações em um texto final que foi transmitido a todo o plenário para
475 aprovação por e-mail. Após as manifestações de aceite do documento o mesmo foi
476 publicado no site do Ministério da Justiça e encaminhado para diversos órgãos
477 governamentais e não governamentais. Na avaliação dos coordenadores a
478 metodologia de elaboração, aprovação e disseminação da recomendação foi exitosa
479 e deve ser replicada em outras experiências do CONATRAP. Após a apresentação
480 dos coordenadores do GT Copa a **Sra. Presidente** informou que devido ao
481 adiantar da hora o debate sobre a semana de mobilização contra o tráfico de
482 pessoas, previsto para ser realizado no primeiro dia da reunião passaria para o
483 terceiro dia. A palavra foi facultada para quem dela desejasse fazer uso e não
484 havendo manifestações o primeiro dia de reunião foi encerrado. Na manhã do **dia**
485 **29 de maio de 2014** os conselheiros do CONATRAP voltaram a se reunir para dar
486 continuidade aos trabalhos. O plenário se reuniu para deliberar sobre a
487 metodologia a ser adotada para produção dos planos de trabalhos das **Comissões**
488 **Permanentes (CPs)**. A Sra. Presidente em exercício, Fernanda dos Anjos, iniciou a
489 reunião com a averiguação das composições das Comissões Permanentes. A Sra.



490 Presidente esclareceu a situação da representação da Rede de Núcleos e Postos,
 491 conforme debates realizados na primeira reunião em que foi deliberado que os
 492 dois representantes da Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e
 493 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante compartilhariam o
 494 assento designado para esta representação no CONATRAP, tendo estes
 495 representantes direito a apenas um voto nas deliberações gerais do CONATRAP no
 496 plenário. A pedido das representantes da rede, na primeira reunião, o Plenário do
 497 CONATRAP consentiu que cada um dos representantes da Rede de Núcleos e
 498 Postos ocupassem Comissões Permanentes de forma separada, com direito a voz e
 499 voto nas deliberações das CPs. Por unanimidade o plenário acatou o pedido das
 500 conselheiras e deliberou-se que representantes da Rede de Núcleos e Postos
 501 compartilham o voto nas decisões do plenário, mas que exercem voz e voto nas
 502 deliberações das CPs. A pedido da Conselheira da ASTRAL a Sra. Presidente
 503 submeteu ao plenário a proposta de extinção da Comissão Permanente de
 504 Comunicação considerando que até aquela data apenas uma conselheira havia se
 505 prontificado para participar dessa Comissão. Após uma rodada de debates o
 506 plenário deliberou pela inclusão desse tema na Comissão Permanente de Produção
 507 e Disseminação do Conhecimento, passando esta Comissão a se chamar: Comissão
 508 Permanente de Comunicação, Produção e Disseminação do Conhecimento. A
 509 conselheira representante da ASTRAL foi integrada a esta Comissão Permanente,
 510 Nada mais tendo a debater sobre a estrutura das Comissões Permanentes a Sra.
 511 Presidente abriu a possibilidade de reorganização das Comissões Permanentes,
 512 respeitando os acordos realizados na I reunião do CONATRAP, quais sejam: 1.
 513 Mínimo de 04 organizações e máximo de 08 por CP; 2. Assegurar paridade nas CPs
 514 e nos GTs quando possível; 3. A representação é institucional; 4. Debate restrito
 515 aos membros de cada espaço; 5. Núcleos e Postos podem se dividir para ocupar
 516 participação. Em relação à formação inicial das CPs os seguintes membros pediram
 517 modificações: A representante dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de
 518 Pessoas solicitou que deixasse de integrar a CP do Marco Legal e que passasse a
 519 integrar a CP de Orçamento e Monitoramento. O representante do Conselho
 520 Nacional de Turismo solicitou que fosse integrado à comissão do Marco Legal e o
 521 representante do Ministério Público do Trabalho solicitou que igualmente fosse
 522 integrado à Comissão do Marco Legal. A representante da ASBRAD solicitou que
 523 fosse registrada que esta integra a CP de Articulação e Fortalecimento da Rede, A
 524 conselheira lembrou que devido a sua impossibilidade de estar presente na I
 525 reunião no momento de definição das Comissões se manifestou por e-mail, mas
 526 que gostaria de reafirmar seu posicionamento diante do plenário. Com as devidas
 527 alterações as Comissões Permanentes ficaram com as seguintes composições:

1. COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E MONITORAMENTO	
Coordenador: SODIREITOS	Coordenador Adjunto: SNJ
Titular: Marcel Theodoor Hazeu	Suplente: Fernanda Alves dos Anjos
Suplente: Josenilda Santos Silva	
Sociedade Civil	Governo
SODIREITOS	MJ/SNJ
CNDM	SDH
	NÚCLEOS ETP
2. COMISSÃO PERMANENTE DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ETP	
Coordenador: ASBRAD	Coordenador Adjunto: POSTOS ETP

Titular: Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo Suplente: Elaine Aparecida Godoy de Oliveira	Titular: Leila Maria Dos Santos Silva Suplente: Silvana Maria de Souza
Sociedade Civil	Governo
INSTITUTO ALIANÇA	CNIG
REDE FEMINISTA DE SAÚDE	MJ/DPRF
CNAS	MDS
ASBRAD	POSTOS ETP
Convidado Permanente: MPF	
3.COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO, PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO	
Coordenador: SPM Titular: Aline Yamamoto Suplente: Eden Clabuchar Martingo	Coordenador Adjunto: Titular: Suplente:
Sociedade Civil	Governo
UNIT	SPM
CONASP	CNPIR
DAVIDA	
ASTRAL	
4.COMISSÃO PERMANENTE MARCO LEGAL	
Coordenador: TRAMA Titular: Michelle Gueraldi Suplente: Carlos Nicodemos	Coordenador Adjunto: MPT <i>(apenas na 2ª reunião. Definir Coordenação Adjunta)</i> Titular: Suplente:
Sociedade Civil	Governo
TRAMA	MJ/SENASP
CNCD/LGBT	MJ/DPF
	CONATRAE
	CNTUR
Convidado Permanente: MPT	

528 Ainda restando pendentes as definições dos representantes do CONANDA e
529 Conselho Nacional de Saúde. Definidos os quadros das Comissões Permanentes o
530 plenário foi desfeito e os conselheiros seguiram para salas reservadas para o início
531 das reuniões reservadas das Comissões Permanentes. A Sra. Presidente orientou as
532 CPs a elegerem o coordenador e o coordenador adjunto e com base no
533 planejamento estratégico aprovado na reunião anterior, produzir uma agenda de
534 trabalhos que contemplem as ações que devem ser desenvolvidas pelas Comissões
535 Permanentes, conforme quadro elaborado pela Secretaria Executiva. Às 16 horas o
536 plenário voltou a se reunir e cada coordenador apresentou o conjunto de ações
537 planejadas pelas CPs. Após cada apresentação foram abertas rodadas para
538 contribuições do Plenário aos planos de trabalho de cada CP. Os coordenadores de
539 todas as CPs ficaram com a incumbência de organizar os documentos dos
540 planejamentos estratégicos e enviar em até uma semana para a Secretaria
541 Executiva do CONATRAP para que os documentos fossem socializados com o
542 plenário. Após os debates para qualificações dos planos de trabalho das Comissões



543 Permanentes a Sra. Presidente facultou a palavra para quem dela desejasse fazer o
544 uso e não havendo manifestações deu por encerrado o segundo dia da reunião.
545 Na manhã do dia **31 de maio de 2014**, Sr. Paulo Abrão, **Presidente do**
546 **CONATRAP**, voltou a conduzir os trabalhos. O primeiro ponto da pauta do dia
547 foram informes realizados pela secretária executiva do CONATRAP sobre a Feira
548 Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências
549 de Políticas Migratórias e Refúgio. A Secretária Executiva informou que a Feira
550 consiste num espaço de divulgação, documentação e celebração de programas,
551 projetos e ações promissoras e/ ou inovadoras nas áreas de enfrentamento ao
552 tráfico de pessoas, políticas migratórias e refúgio. Através da exposição das
553 práticas, a Feira tem por objetivo estimular a troca de experiências e ampliar o
554 potencial de replicação e intercâmbio entre os diferentes atores que trabalham
555 com as temáticas envolvidas. A edição de 2014 da Feira foi planejada dentro da
556 I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) no período de
557 30 de maio a 01 de junho, em São Paulo. Seu formato utiliza-se do espaço de
558 convivência e trânsito da Conferência para aproximar os mais de 600 (seiscentos)
559 delegados e participantes com os representantes das 15 (quinze) práticas -
560 dentre elas programas, projetos ou ações - identificadas como promissoras e/
561 ou inovadoras nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, políticas
562 migratórias e refúgio.

563 A Secretária Executiva realizou uma breve explanação sobre as práticas
564 selecionadas: A Experiência da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da
565 Infância e da Juventude - ASBRAD no Atendimento às Vítimas e na Capacitação de
566 Agentes Públicos da Rede de Atenção a Vítimas do Tráfico de Pessoas - Um Manual
567 / Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD;
568 Assistência Jurídica Internacional / Defensoria Pública da União - DPU; Clínica
569 Intercultural / Universidade Federal de Santa Catarina; Direitos humanos e
570 Migrações: Participação e Incidência Pautada no Protagonismo dos Imigrantes /
571 Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC; GIFT Box - GIFT
572 Box Brasil / Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio
573 de Janeiro; Interdisciplinaridade para Acolhimento e Inserção de Refugiados e
574 Imigrantes a Cultura Brasileira e ao Português no Brasil / Universidade de Brasília;
575 Mulheres em Movimento / Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia
576 - SODIREITOS; NUARES - Núcleo de Apoio a Refugiados do Espírito Santo /
577 Universidade Vila Velha; PARR - Programa de Apoio para a Recolocação dos
578 Refugiados / EMDÓC São Paulo - Serviços Especializados Ltda; Programa
579 Brasileiro de Reassentamento Solidário / Associação Antônio Vieira - ASAV
580 ; Programa de Atendimento a Refugiados da Cáritas Arquidiocesana do Rio de
581 Janeiro: Projeto Refazer / Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro; Projeto Bebel -
582 Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça Bandeira / Projeto Gerando Vida;
583 Projeto Casulo - Casa de Passagem para População LGBT: Vítimas de Tráfico de
584 Pessoas, Migração LGBT e Exploração Sexual Comercial em Goiânia / ASTRAL
585 GOIAS - Associação das Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás;
586 Sistematização da Experiência do Posto de Atendimento Humanizado aos
587 Migrantes / Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude -
588 ASBRAD; Visitas a Oficinas de Costura e Multiplicadores de Base / Centro de Apoio
589 e Pastoral do Migrante - CAMI. A Secretária Executiva parabenizou as três
590 instituições que fazem parte do CONATRAP: ASBRAD, SODIREITOS E ASTRAL e
591 que foram selecionadas para a Feira. Informou ainda que dentre as práticas

592 selecionadas, as três experiências classificadas em 1º, 2º e 3º lugar pela
593 Comissão Avaliadora serão na abertura da COMIGRAR certificadas com o II
594 Prêmio Simone Borges Felipe. Feitas as considerações sobre a Feira, a
595 Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Exercício, iniciou uma
596 breve apresentação sobre as ações que estão sendo planejadas para a semana de
597 mobilização contra o tráfico de pessoas. A coordenadora informou que no dia 14
598 de novembro de 2013; a Assembléia Geral da ONU instituiu o dia 30 de Julho como
599 Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Esta é a data em que foi
600 aprovado o Plano Global de Combate ao Tráfico de Pessoas adotado pela
601 Assembléia Geral em julho de 2010. Os Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas
602 e Crime (UNODC) e os Estados que aderiram à Campanha Coração Azul irão
603 realizar, nesta data, ações de grande visibilidade para o alerta contra o Tráfico de
604 Pessoas em diversos países. O Ministério da Justiça aderiu à Campanha Coração
605 Azul da ONU em 2013 e irá mobilizar ações nacionais em conjunto com a rede de
606 Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e os Postos Avançados de
607 Atendimento Humanizado ao Migrante, bem como os Comitês Sociais do Coração
608 Azul. A coordenadora incentivou as organizações do CONATRAP a se empenharem
609 em produzir ações durante essa semana como forma de engajamento ao dia
610 mundial. Sugeriu que se criassem palestras, rodas de conversas, capacitações. Que
611 incentivassem a iluminar prédios e fachadas públicas, entre outras iniciativas.
612 Como forma de apoiar as iniciativas de comunicação que serão desenvolvidas
613 nessa semana, a Coordenadora Nacional desenvolveu com o plenário um exercício
614 de *brainstorm* para qualificação dessa comunicação. Após rodadas de debates, o
615 plenário definiu que como recomendação as campanhas contra o tráfico de pessoas
616 devem ter como diretrizes sobre o que não fazer: Utilização de imagens negativas,
617 depressivas, que mostrem caminho sem fim, fundo do poço ou isolamento. Ícones
618 de código de barras, mordidas, correntes. Utilização de imagens de crianças, em
619 desconformidade com as convenções internacionais e ECA – discurso do medo.
620 Reforçar ideias de que os sonhos devem ser menores do que as pessoas.
621 Responsabilização exclusiva do Estado. A mensagem deve ser positiva e trazer
622 toda a sociedade para o centro do debate. Comunicação generalizada,
623 desconsiderando as especificidades das diferentes vítimas dos diversos tipos de
624 tráfico humano. Comunicação que exponha as vítimas sem o consentimento das
625 mesmas. Utilizar estereótipos. Em oposição, a essas perspectivas o plenário
626 recomendou que as campanhas tenham Comunicação positiva. Mensagens de
627 esperança, de engajamento. Utilização de cores vibrantes, preferencialmente o
628 branco e o azul, na criação de uma identidade visual da campanha. Estratégia de
629 comunicação para grupos populacionais distintos: População LGBT; Mulheres;
630 Prostitutas; Crianças e Adolescentes; Migrantes; Indígenas, Afrodescendentes;
631 Jogadores de Futebol e Trabalhadores em geral. Linguagem que dialogue com as
632 vítimas. Comunicação neutra, sem viés político ou partidário. Comunicação
633 inclusiva. Todos podem participar. Comunicação humanizada através da utilização
634 de histórias reais das vítimas do tráfico de pessoas (conforme consentimento e
635 sem exposição da pessoa). Desconstruir o modelo da cultura machista e
636 homofóbica e Comunicação em conformidade com as diretrizes das Nações Unidas.
637 O plenário deliberou que os membros irão produzir contribuições para briefing de
638 orientações de comunicação que será desenvolvido pela Coordenação Nacional de
639 ETP de orientação à semana de mobilização. Para colaborar com o conhecimento
640 sobre o tema os representantes da Comissão Permanente de Comunicação,

641 Produção e Disseminação do Conhecimento se propuseram a elaborar um dossiê
642 sobre como ocorre o tráfico de pessoas no Brasil e em que contexto. E o Ministério
643 da Justiça ficou encarregado de preparar um briefing de dados de tráfico de
644 pessoas no país. Os dois documentos supracitados contribuirão com informações
645 para a semana de mobilização. O prazo para a entrega é 30 de julho. Após as
646 manifestações acerca da semana de mobilização, contra o tráfico de pessoas a
647 palavra foi facultada para os representantes da Rede Feminista de Saúde e da
648 Secretaria de Políticas para as Mulheres para que estes apresentassem breves
649 considerações sobre a resposta da sociedade civil e governo brasileiro ao
650 **Relatório do CEDAW**. A representante da **Rede Feminista** iniciou o debate
651 contextualizando sobre o que é o CEDAW. Segundo a conselheira: A ONU criou o
652 Comitê CEDAW, em 18/12/1979, na 34ª Sessão da Assembleia Geral das Nações
653 Unidas, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação
654 contra a Mulher, conhecida internacionalmente com a CEDAW. O Governo
655 brasileiro a ratificou, com ressalvas, em 1981. Inicialmente o Governo brasileiro
656 formulou reservas com relação a alguns artigos justificando dificuldades de
657 implementação no país, disposições contrárias à legislação brasileira referente aos
658 direitos do homem e da mulher. Em 1994, tendo em vista o reconhecimento pela
659 Constituição Federal de 1988 da igualdade entre homens e mulheres, o Governo
660 brasileiro retirou as reservas. Em 1999 a ONU adotou o protocolo Opcional à
661 CEDAW que permite às pessoas e/ou instituições dos países que o ratificaram,
662 recorrer diretamente ao Comitê CEDAW, depois de esgotados os recursos às
663 instâncias nacionais. O Brasil firmou o protocolo opcional em 2002. É formado por
664 um comitê de 23 que têm a função de analisar os relatórios periódicos
665 apresentados pelos Estados-Partes a cada 4 anos, em cumprimento aos direitos
666 internacionalmente enunciados pela Convenção. Elabora recomendações, recebe
667 informes alternativos apresentados pela sociedade civil, instaura inquéritos
668 examinam comunicações apresentadas por indivíduos ou grupos que alegam ser
669 vítimas de violações dos direitos dispostos na convenção. Importante atuação da
670 sociedade civil na contribuição ao Comitê CEDAW. Suas observações, com
671 propostas e recomendações através da elaboração de um relatório alternativo,
672 torna-se um importante agente de difusão e monitoramento da CEDAW, com
673 interface com o governo brasileiro, em particular com a SPM. Em 2013 durante a
674 elaboração do relatório alternativo, foi sendo desenvolvido atividades com vista a
675 trabalhar as recomendações, coleta de informações e constante capacitação das
676 entidades que integram o consórcio. Foi realizada consulta entre órgãos afins para
677 recolher subsídios sobre a situação no estado de Santa Catarina. É formado por, um
678 comitê Gestor e consórcio de 12 redes e organizações nacionais do movimento de
679 mulheres em torno do monitoramento da CEDAW. O próprio Comitê alerta para a
680 necessidade de o governo buscar apoio da sociedade civil na elaboração de seus
681 informes. Presente neste processo desde 1984, quando da adesão do Brasil à
682 Convenção, tem dificuldades para implementá-lo. Embora a cada sessão do CEDAW
683 haja sempre mobilização de grupos de mulheres para contribuir ao Comitê, tem
684 deixado de ser um trabalho contínuo devido a falta de recursos para planejar e
685 manter os trabalhos de monitoramento das recomendações do Comitê, colaborar
686 com análises e avaliação aos obstáculos a serem superados pelo estado brasileiro.
687 Dentre os pontos críticos apontados pela sociedade civil no enfrentamento ao
688 tráfico de pessoas, a conselheira destacou que: o Brasil ratificou o Protocolo de
689 Palermo em 2005 e tem, desde 2006, uma política de enfrentamento ao tráfico de

690 pessoas aprovada por meio de Decreto do Poder Executivo. No entanto não é uma
691 política de estado, podendo ser revogada. Ademais, não compromete os Poderes
692 Executivo, Legislativo e Judiciário, nem estados e municípios, cuja participação se
693 sujeita à adesão espontânea. Esta situação confronta-se com as observações do
694 Comitê CEDAW/C/BRA/CO/7, parágrafo 21, letras b, c. A conselheira lembrou que
695 a íntegra do relatório foi enviada para o googlegroups do CONATRAP e se colocou à
696 disposição para prestar maiores esclarecimentos sobre a elaboração e conteúdo do
697 documento. O representante da **Secretaria de Políticas para as Mulheres**
698 ressaltou que a resposta governamental ao CEDAW foi elaborada por sua
699 instituição e que na resposta apresentada estava a contextualização do
700 desenvolvimento da política nacional de ETP e as articulações realizadas para a
701 elaboração do II PNETP. O conselheiro afirmou que desde o início do processo de
702 elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II
703 PNETP), aprovado em 2013, o Governo brasileiro empreendeu uma série de
704 iniciativas de fomento do debate e acompanhamento legislativo para que seja
705 adotada lei geral sobre tráfico de pessoas que compatibilize a legislação interna
706 brasileira ao conteúdo do Protocolo de Palermo e assegure maior eficiência no
707 enfrentamento ao tráfico e na atenção às vítimas, abrangendo tanto aspectos
708 criminais (criação de novo tipo penal), quanto civis, trabalhistas e migratórios. O II
709 Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, teve seus objetivos
710 aprovados pelo Decreto nº 7.901, de 2013 e foi aprovado pela Portaria
711 Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013, do Ministério da Justiça,
712 Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres. O II
713 Plano é fruto de um amplo e intenso processo participativo, coordenado pelo
714 Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de
715 Direitos Humanos. O Plano abrange o período de 2013 a 2016, e constitui a
716 ferramenta prioritária de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Brasil, com 115
717 metas validadas e construídas em diálogo com a rede sociedade civil,
718 universidades, igrejas, organismos internacionais, Estados e Municípios, demais
719 poderes e Ministério Público. Em 2012, o governo brasileiro, sob a liderança do
720 Ministério da Justiça, realizou 5 Workshops sobre Legislação de Tráfico de Pessoas,
721 com a consolidação de posição de governo sobre o tema. Em julho de 2012 foi
722 encaminhado relatório com o resultado das deliberações dos Workshops às
723 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) sobre tráfico de pessoas do Senado
724 Federal e da Câmara dos Deputados, como contribuição ao Congresso Nacional
725 para proposição de Projetos de Lei sobre o tema. Agregando às contribuições
726 enviadas pelo governo, a CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no
727 Brasil (2011) do Senado Federal apresentou o PLS (projeto de lei do Senado) nº
728 479/2012, que dispõe sobre a prevenção e punição ao tráfico interno e
729 internacional de pessoas, bem como sobre medidas de proteção às vítimas. A
730 tramitação no Congresso Nacional tem sido acompanhada pela Coordenação
731 Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Foi feita
732 uma série de reuniões dentro do governo sobre o PLS para validação de uma
733 posição única que culminaram no envio de sugestões à Relatora do PLS. No
734 contexto de outra CPI sobre tráfico de pessoas, criada no âmbito da Câmara dos
735 Deputados, foram também apresentadas contribuições, no "Seminário de
736 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, situação e perspectivas", para o Projeto de
737 Lei apresentado no Relatório Final daquela CPI em 2014. O conselheiro registrou
738 ainda que no bojo das discussões destas duas CPIs em andamento no Congresso

739 Nacional no período de 2011 até agora, foram realizadas inúmeras Audiências
740 Públicas em todo o país, que contaram com o apoio e a mobilização do executivo
741 federal, da sociedade civil e da Rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao
742 Tráfico de Pessoas. No campo das orientações normativas infralegais, vale destacar
743 a Resolução Normativa nº 93 de 2010 do Conselho Nacional de Imigração, CNIg,
744 que dispõe sobre a concessão de visto permanente para vítimas de tráfico de
745 pessoas identificadas no Brasil que configura importante avanço para a
746 regularização migratória de vítimas identificadas. O conselheiro lembrou que o
747 documento com a resposta do governo brasileiro foi enviada para todos os
748 membros do CONATRAP, por e-mail e se colocou à disposição para prestar maiores
749 informações. Após os debates sobre o relatório CEDAW o Sr. Presidente facultou a
750 palavra para os representantes da SODIREITOS e da DAVIDA para que esses
751 conselheiros realizassem os informes acerca da situação de perseguição que
752 grupos de prostitutas estavam sofrendo como forma de higienização das ruas para
753 a Copa do Mundo. A representante da **DAVIDA** promoveu a leitura do seguinte
754 documento, reproduzido nesta ata na íntegra: “Prezad@s colegas do CONATRAP,
755 com o aumento na criminalização da prostituição e da imigração que atualmente
756 impera no mundo, estamos recebendo cada vez mais notícias de operações
757 policiais que violam os direitos dos trabalhadores sexuais em nome da repressão
758 da exploração sexual, do turismo sexual e – crescentemente – do tráfico de
759 pessoas. Existe uma confusão entre muitos setores das forças de segurança sobre o
760 que constitui o tráfico de pessoas, que acaba associando-o erronea – e quase
761 exclusivamente – com a prostituição. Quando essa confusão encontra os
762 preconceitos e estigmas que circundam a venda do sexo e combina com os desejos
763 de vários municípios de “higienizar” seus centros e “bairros de família”, o resultado
764 são operações mal planejadas e mal executadas que, muitas vezes, criam mais
765 violações dos direitos humanos do que seriam capazes de sanar. Isto foi o caso, por
766 exemplo, da série de operações encabeçada pelo Ministério Público do Rio de
767 Janeiro contras casas e pontos de prostituição na Zona Sul de Rio de Janeiro antes
768 do mega-evento “Rio +20”, em maio de 2012. Embora apresentada aos olhos
769 públicos como “uma investigação da exploração sexual”, os documentos entregues
770 ao Juiz Rubens Casara pelo MP (e denunciados pelo próprio juiz – veja-se
771 <http://blog-sem-juizo.blogspot.com.br/2012/09/casa-de-prostituicao.html>)
772 indicam que o verdadeiro objetivo da operação era a expulsão da prostituição da
773 Zona Sul e o “saneamento” dessa região da cidade antes da Copa do Mundo e dos
774 Jogos Olímpicos. No decorrer da operação, as mulheres que trabalhavam na
775 Termas Centaurus foram ameaçadas e obrigadas a pagar propina para a polícia
776 para que as imagens da operação (e, conseqüentemente, das mulheres) não fossem
777 colocadas na internet. Em outros pontos de prostituição, as camisinhas
778 distribuídas pelo próprio Ministério da Saúde foram confiscadas como
779 “evidências”, colocando em perigo a saúde das mulheres que trabalham nesses
780 lugares. Finalmente, prostitutas independentes, que trabalham sem intermediários
781 (e, portanto, em contexto completamente legal), foram ameaçadas com 15 anos de
782 prisão pelo simples ato de afixar filipetas, anunciando seus serviços, em orelhões
783 públicos. É notável que, apesar de terem “fiscalizado” quase todos os pontos de
784 prostituição da Zona Sul nessa operação, a polícia não descobriu um só caso de
785 exploração sexual ou tráfico de pessoas. Outra operação perigosa aconteceu em
786 fevereiro de 2011, quando a polícia paulista, investigando uma suposta máfia de
787 tráfico de menores para a exploração sexual, expulsou 75 travestis de duas

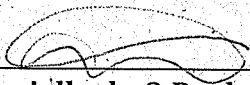
788 pensões em São Paulo, espancando as próprias menores que buscavam resgatar.
789 As sete menores foram sumariamente “repatriadas”, à força, para Belém do Pará.
790 Duas estavam juradas de morte e outras relataram encontrar enormes dificuldades
791 e preconceitos no estado de origem e estar sem laços familiares. 80 travestis foram
792 presas na operação e a suposta organizadora do esquema de tráfico foi morta
793 poucos meses depois, alega-se, em confronto com a polícia. Em Campinas, em
794 outubro de 2013, a morte de um policial no bairro da prostituição Jardim Itatinga
795 provocou uma operação de “saneamento” do local que resultou em numerosas
796 violações dos direitos humanos dos moradores e das trabalhadoras do sexo. A mais
797 grave foi o caso de uma prostituta imigrante colombiana, que teve seu braço e
798 pernas gravemente quebrados por agentes da PM, apesar de não oferecer
799 nenhuma resistência a eles. Mais recente – e mais grave ainda – é a operação
800 deflagrada pela Polícia Civil, em Niterói, na semana passada, que resultou na
801 expulsão de mais de 200 mulheres prostitutas independentes do Prédio da Caixa,
802 como é conhecido o imóvel da Rua Amaral Peixoto, 327. A operação aconteceu na
803 mais flagrante ilegalidade, sem mandados válidos de prisão. As mulheres alegam
804 ter sofridas agressões morais, físicas e até sexuais nas mãos da polícia durante a
805 desocupação do prédio. Profissionais do sexo estão entre os grupos repetidamente
806 apontados como excepcionalmente vulneráveis ao tráfico de pessoas. No entanto, a
807 violação dos direitos humanos dos membros desse grupo – e até sua exploração
808 sexual – pela polícia e demais forças de segurança no Brasil tem sido amplamente
809 documentada pela Rede Brasileira das Prostitutas e seus pesquisadores aliados
810 durante a última década. Todavia, a tendência crescente de várias das forças
811 policiais brasileiras é usar acusações indevidas de exploração sexual e de tráfico de
812 pessoas para conduzir “investigações” como a de 2012 no Rio ou a de 2014 em
813 Niterói, que geram violações de direitos, e cujo intuito principal é a repressão ilegal
814 de uma atividade não criminosa. Para a luta contra o tráfico humano ter alguma
815 chance de sucesso no Brasil, é imperativo que os trabalhadores do sexo
816 reconheçam, nas forças de segurança, um aliado na luta contra a exploração. Isto
817 não pode acontecer se o atual regime de desrespeito e violência contra as
818 prostitutas por parte da polícia continuar impunemente. Levando isto em
819 consideração, DAVIDA propõe ao CONATRAP a criação de um GT cuja função seria
820 a apuração de denúncias. Assina: Thaddeus Gregory Blanchette. Após uma rodada
821 de debates sobre o tema o Plenário compreendeu que naquele momento o mais
822 produtivo a ser feito para colaborar com a não criminalização de profissionais do
823 sexo seria a elaboração de uma nota pública de repúdio as ações descritas na carta
824 da instituição DAVIDA. Registra-se nesta ata a integra do texto redigido durante a
825 reunião e aprovado pela totalidade do plenário: **CONATRAP – Nota pública.** O
826 Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) observa
827 com preocupação e repudia o surgimento de situações típicas de “higienização
828 urbana” em cidades brasileiras. O CONATRAP considera especialmente graves os
829 efeitos desses processos junto aos(as) profissionais do sexo costumeiramente
830 apresentados como “vulneráveis” ao tráfico de pessoas. Os agentes responsáveis
831 pela repressão ao tráfico humano devem ser os primeiros a garantir a proteção e a
832 segurança da sociedade e dos direitos dos (as) profissionais do sexo e a manter um
833 ambiente de relação de confiança mútua, tão necessário para o enfrentamento ao
834 tráfico humano. O CONATRAP recorda que qualquer ação que vise à repressão da
835 exploração sexual e do tráfico de pessoas deve ter em conta a diferença entre
836 condutas tipicamente criminosas e em relação a todas as demais atividades

837 laborais lícitas no exercício da prostituição independente, já reconhecidas e
838 regulamentadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego pelo Código Brasileiro de
839 Ocupação nº 5198-05/2002, portaria 397 de 09 de outubro de 2002. Em nenhuma
840 hipótese as ações repressivas podem levar à violação de direitos e da dignidade
841 das populações mais vulneráveis. Por fim, este CONATRAP recomenda a apuração
842 rigorosa das denúncias de agressões, roubos e ataques sexuais durante a operação
843 policial de repressão às prostitutas ocorrida na cidade de Niterói, no dia 23 de
844 maio de 2014, bem como de outras ocorrências da mesma natureza. Assina: Paulo
845 Abrão- Presidente CONATRAP. Após a produção da Nota Pública, o representante
846 da **SODIREITOS**, Sr. Marcel Hazeu, solicitou a palavra e proferiu questionamentos
847 quanto ao alcance e consequências do disposto na portaria interministerial
848 876/14, assinada pelo Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da
849 Presidência da República que *“estabelece instruções relativas à medida de*
850 *impedimento de ingresso no país de pessoa condenada por crime de*
851 *pornografia ou exploração sexual infanto-juvenil, a ser aplicada pelos agentes*
852 *no desempenho do controle fronteiriço e de atividades de fiscalização*
853 *migratória nos portos, aeroportos internacionais e pontos de fiscalização*
854 *terrestre de migração”*. Em resumo, o conselheiro Marcel Hazeu informou que: 1)
855 a maioria dos exploradores é de brasileiros; 2) a copa não leva a aumento de
856 exploração sexual (segundo nota do próprio CONATRAP); 3) Já existem meios
857 jurídicos para barrar entrada de pessoas condenadas por crimes sexuais; 4)
858 suspeitos não são condenados; 5) a base de dados disque 100 são questionáveis.
859 Seguindo-se aos argumentos apresentados, questionou-se sobre o alcance do
860 disposto no § 1º do artigo 2º da referida portaria, bem como sobre a possibilidade
861 de se ampliar para o impedimento da saída de brasileiros meramente suspeitos
862 pelo cometimento destes crimes. Como os demais membros não souberam prestar
863 os esclarecimentos necessários, foi solicitado ao Presidente do Conselho, o
864 Secretário Nacional de Justiça, Sr. Paulo Abrão, que no próximo encontro,
865 apresentasse informações sobre os objetivos e o alcance do disposto no texto da
866 referida portaria. O Sr. Presidente promoveu a leitura dos **encaminhamentos**
867 deliberados na II Reunião Ordinária do CONATRAP, deixando o plenário livre para
868 fazer complementações. Foram, portanto, os encaminhamentos registrados pelo Sr.
869 Presidente: 1- As apresentações de PowerPoint utilizadas na reunião serão
870 enviados pela Secretaria Executiva para todos os membros; 2- Os relatores das
871 Comissões Permanentes irão enviar pelo *googlegroups* os planos de trabalhos das
872 CPs com as correções e qualificações apresentadas pelo plenário; 3- A SNJ
873 produzirá um briefing com informação sobre os dados já produzidos em ETP pelo
874 MJ; 4- A Comissão Permanente de conhecimento produzirá um dossiê sobre como
875 ocorre o tráfico de pessoas no Brasil e em que contexto 5- Os dois documentos
876 supracitados contribuirão com informações para a semana de mobilização. O prazo
877 para a entrega é 30 de julho. 6- Fica aprovada a Nota do CONATRAP contra atos de
878 higienização e perseguição de profissionais do sexo. Após a leitura das
879 deliberações o Sr. Presidente apresentou os pontos de pauta para a III Reunião do
880 CONATRAP deliberadas na reunião: 1- Aprovação do Regimento Interno; 2-
881 Apresentação da metodologia de coleta de dados e realizar um debate sobre o
882 tema; A pedido da representante do Instituto Aliança com o Adolescente, inclui-se
883 o debate sobre como o CONATRAP pode contribuir para a melhoria da estrutura
884 da coordenação de enfrentamento ao tráfico de pessoas; 3- A pedido da Comissão
885 Permanente de Comunicação, Produção e Disseminação do Conhecimento pede-

886 se que se debata estratégias de inclusão do tema do tráfico de pessoas em cursos
887 de formação de agentes públicos. O Sr. Presidente arguiu ao plenário se alguém
888 gostaria de fazer o uso da palavra, acrescentar algo as deliberações e/ou pontos de
889 pauta da próxima reunião. Não havendo manifestações o Sr. Presidente agradeceu
890 a presença de todos e todas. Informou que o CONATRAP se reuniria novamente a
891 noite, na cerimônia de abertura da I Conferência Nacional sobre Migrações e
892 Refúgio e, por fim, que seus conselheiros eram delegados da Conferência,
893 participando livremente de suas atividades nos próximos dois dias. Com os
894 préstimos de uma ótima atuação como delegados o Sr. Presidente deu por
895 encerrada a II Reunião Ordinária do CONATRAP.

896 Ata lavrada por Graziella do O Rocha, Secretária Executiva do CONATRAP.
897 Ressalta-se que a memória da reunião foi prejudicada por falha no sistema de
898 gravação no último dia de reunião e por um grande número de intervenções fora
899 do microfone e sem a devida identificação dos interlocutores.

900
901
902
903
904
905



Graziella do O Rocha
Secretária Executiva do CONATRAP